

# INTERVENÇÃO

REVISTA DE ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL



Nº1 FEVEREIRO 77 15.00

# INTERVENÇÃO

REVISTA DE ANIMAÇÃO  
SÓCIO-CULTURAL

N.º 1 FEVEREIRO 1977

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

LUIS MARTINS

COLABORADORES

LUIS MARTINS  
RODOLFO P. DE JESUS  
JOÃO FONSECA  
PAULO POIARES  
JOSÉ ANTUNES  
MARIA P. DE JESUS  
MARIA DO CARMO  
LUIS QUINTANEIRO  
JOAQUIM F. PEREIRA  
APARTADO 21064 LX2

REDACÇÃO

R. DA PENHA DE FRANÇA, 111-1.º Esq.  
TEL. 864056

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

NOVA FORÇA  
RUA SARAIVA DE CARVALHO, 1A

DISTRIBUIDORES

DIF - DISTRIBUIDORES  
INFORMAÇÃO GERAL

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL - AÇORES - MADEIRA  
SEMESTRAL - 75\$00  
ANUAL - 150\$00  
REVISTA MENSAL  
PREÇO: 15\$00.

## SUMÁRIO

EDITORIAL	2
ANIMADORES - QUEM SÃO	3
PEDAGOGIA E ANIMAÇÃO	
BREDA SIMÕES	4
ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA E AS ESTRUTURAS EDUCATIVAS	6
ENTREVISTA COM O DIRECTOR GERAL DO FAOJ	8
POR UMA POLÍTICA DE ANIMAÇÃO CULTURAL	
ORLANDO GARCIA	11
MEIOS AUDIO-VISUAIS ARTIGO DESTACÁVEL	12
ANIMAÇÃO DESPORTIVA E ANIMAÇÃO CULTURAL	
PAULA BRITO	16
ANIMAÇÃO QUE TEMOS MUSGUEIRA UMA EXPERIÊNCIA	18
ALFABETIZAÇÃO E ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL	21
ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL MERA METODOLOGIA CULTURAL	23

## EDITORIAL

"INTERVENÇÃO" surge pelo esforço de um grupo de animadores que constataram da necessidade e do espaço existente para uma revista de animação sócio-cultural.

Assim aparece "INTERVENÇÃO" que não se pretende afirmar, predominantemente, como uma revista formativa, que tenha por objectivos responder às necessidades de formação profissional e outras dos animadores (o que compete aos organismos oficiais, responsáveis pela animação) mas antes pretende ser um porta-voz dessas preocupações e das necessidades concretas do animador — nomeadamente face à inexistência do seu estatuto — por um lado, e por outro ser uma tribuna ao serviço de todos os que estão empenhados numa prática de intervenção cultural e social com especial incidência para a animação sócio-cultural e educativa.

Pretende ser assim um ponto de encontro entre animadores quer utilizem predominantemente o desporto, o teatro, a alfabetização, ou outros meios artísticos e culturais, com trabalhadores, jovens ou adultos ou ainda com crianças ou pré-adolescentes, de molde a ser um meio efectivo ao serviço do intercâmbio das experiências obtidas, dos objectivos que as enformam, dos erros cometidos. Apresenta-se assim como um meio privilegiado de debate da problemática da animação que permita a perspectivação das diferentes experiências numa via progressiva, de molde a concretizar objectivos e metodologias da animação e do estatuto do seu agente — o animador.

Para além disto a revista está também aberta a todas as experiências e iniciativas culturais (quer sejam levadas a efeito por associações culturais, organizações populares de base, colectividades, etc.) que embora não podendo ser designadas por animação cultural se inserem numa prática de intervenção cultural e que se torna necessário divulgar, discutir e inventariar, para que se não percam pelo seu isolamento.

É fundamentalmente pelo "entrecocar" e pela divulgação de todas estas iniciativas que "INTERVENÇÃO" toma significado.

Neste 1.º número, que simultaneamente significa a primeira iniciativa deste género em Portugal, é natural que se cai num certo "academismo" de definições de objectivos e conceitos base da animação, menosprezando-se os aspectos metodológicos e experimentais, mas que se torna necessário fazer logo à partida, o que evidentemente não implica a sua correcção pelo desenvolvimento da prática da animação.

Nos números seguintes caminharemos cada vez mais para o objectivo que a nós próprios impusemos — ser um meio ao serviço de todos os que estão empenhados na construção duma alternativa cultural ao serviço do povo, o mesmo é dizer das classes mais desfavorecidas da população.



## A TUA COLABORAÇÃO É INDISPENSÁVEL

Porque Intervenção perde o sentido se não fôr um meio ao teu serviço e de todos que por esse país fora estão empenhados num trabalho de animação sócio-cultural.

Porque se não a divulgares e não a assinares ela corre o risco de não sobreviver.

Porque é preciso que se criem grupos de apoio que lhe dêem significado, enviando as informações e trabalho que se efectua em cada região, e que a divulgam arranjando assinantes.

Porque todas estas tarefas, e outras que inventes, são precisas fazer já hoje. **contacta-nos!**

## ANIMADORES — QUEM SÃO?

“Intervenção” — revista de animação sócio-cultural, logo revista para animadores, logo uma série de questões que naturalmente surgem: Quem são os animadores, o que é um animador, o que faz um animador, o que é a animação, que fins tem em vista.

Creemos não existir ainda uma resposta capaz e geralmente aceite para qualquer uma destas perguntas, o que obviamente tem reflexos e repercute-se, por exemplo, ao nível jurídico-profissional (não existe um Estatuto do Animador) e ao nível sindical (o único sindicato onde está prevista a profissão de animador é o Sindicato dos Espectáculos, muito naturalmente dando ao que define por animador uma função muito diferente daquela que aqui supostamente utilizamos).

Fundamentalmente, parece-nos a resposta a qualquer das questões está fortemente dependente do que se entender por “o que é a Animação”; no entanto, e embora esta revista esteja empenhada ao máximo em receber, dar e divulgar todas as possíveis contribuições para a clarificação dessa problemática, vamos deixar essa preocupação, por agora, de lado e admitamos genericamente como consensuais as ideias, que sobre a Animação, possamos ter e debruçemo-nos mais particularmente sobre os seus agentes — os animadores.

É animador o indivíduo, desprovido de qualquer formação específica, mas já com alguma experiência, que apoia o funcionamento de salas de estudo ou de actividades de “tempo livre” num Centro Social, associação popular, etc?

É animador aquele que faz umas actividades esporádicas, de âmbito social, como, por exemplo, colónias de férias, com ou sem uma reduzida formação que a entidade responsável por essas actividades lhe possa ter ministrado?

É animador o vulgar “carola” que sem qualquer preparação mas demasiado entusiasmo junta à sua volta meia-dúzia de pessoas com o objectivo de criar ou desenvolver actividades tais como a formação de um grupo de teatro, a exibição e debate de alguns (determinados) filmes numa colectividade de cultura popular ou numa organização semelhante?

É animador o indivíduo (raro) que aprendeu algumas coisas de forma aprofundada sobre Animação (quase que exclusivamente no estrangeiro) e que tem uma profissão qualquer à secretária de um qualquer departamento de Estado, normalmente ligado aos problemas da juventude ou da cultura?

Parece-nos claro que a resposta a estas questões irá depender de dois factos, ou, pára sermos mais precisos, de um, de ordem geral e de outro, secundário e imanente do primeiro, ou seja, o primeiro, a “tal” questão do que é

a Animação, e o segundo o grau de impacto e repercussão que, ao nível da comunidade com que se trabalha, as actividades orientadas (animadas) por esse indivíduo tido por animador possam ter.

Para que serve esta diferenciação, que aparentemente será uma “minhoquite”? Para que, admitindo que a problemática “o que é a Animação?” não é susceptível nem desejável que tenha, a curto prazo, uma definição “de cátedra”, possamos ter um primeiro instrumento para avaliarmos o que é, quem é um “animador”.

Admitamos então, à priori, e duma forma assaz simplista, que é animador aquele que (e aqui surge a questão: a relação animador-animandos-comunidade), portanto, repetindo **aquele que orienta, (ou) dirige, (ou) apoia (ou) anima actividades de âmbito mais ou menos cultural** (nova questão: o que é “cultural”?), **actividades essas que, através da participação de elementos de uma comunidade, vão reflectir-se, possivelmente de determinada forma** (mais uma questão: de que forma um trabalho de Animação se poderá reflectir na comunidade) **na vida dessa comunidade.**

Então e agora, admitindo que esta primeira definição serve ao animador, como vamos chamar aos agentes que desenvolvendo determinadas práticas e técnicas ditas de animação “não vão até ao fim” desse trabalho, por falta de formação ou de possibilidades materiais, e que portanto, não cumprem duma forma ou doutra todos os itens da nossa definição de animador. Serão, apesar disso, ainda animadores, ou teremos de lançar mão de um conceito de “possível animador” ou “quase animador”?

A dúvida não é tão irrelevante quanto possa parecer, pois estamos certos que a admitir tal conceito ele abrangeria numerosos casos, que iriam desde aquele que intitulando-se animador na prática está longe de o ser, até ao que, desconhecendo, até que existe a palavra animação, por inspiração e autodidacticamente desempenha as mesmas funções dum animador. Senão vejamos:

Não serão dos tais “quase-animadores” alguns dos numerosos trabalhadores de Centros Sociais, normalmente classificados como monitores, que, tendo à partida uma função bem definida de “ocupação de tempos livres”, numa perspectiva essencialmente assistencial, se vão interrogando sobre a importância e correcção do seu trabalho, e num esforço de valorização o vão transformando em ordem a servir uma prática de animação, embora que disso não dêem muito claramente conta?

Não será ainda esse o caso de animadores de actividades específicas, como o animador desportivo, que tendo

igualmente um campo de acção em princípio bem definido (o desporto) compreendem que o seu trabalho está estreitamente ligado a determinados factores (como por exemplo a luta pela conquista de espaços verdes) de que a comunidade se consciencializará tanto mais rapidamente quanto a multitudine de acções para esse fim levadas a efeito pelo animador, que obviamente não poderá ficar confinado às motivações do desporto?

Estamos ainda a pensar no caso do professor primário, nomeadamente dos meios rurais, que não poderá considerar como meta para o seu trabalho que as suas crianças “passem todas de classe” se nada fizer junto delas e de seus pais (da comunidade da aldeia em geral) em ordem à transformação do seu meio e das suas condições de vida. E essa transformação só poderá ser fruto da consciência das populações, acelerada por uma correcta prática de Animação.

Assim, e em corolário, parece-nos importante que esta revista não chegue só aos animadores (que afinal bem poucos são) mas também que seja uma arma de esclarecimento e discussão a esses “quase-animadores”, que não tendo, nem pouco mais ou menos, a formação indispensável a um animador, têm disso a “consciência da necessidade” bem presente, muitas vezes de uma forma visceral, a necessitar de orientação, de conhecimentos mas sobretudo de diálogo, de relação, de troca de experiências que necessariamente se traduzirão em prática.

Como é dito no editorial deste número, esta revista nasce precisamente com esse fim: não é um manual do animador, mas o espaço de diálogo e discussão, sem isso não terá significado existir, e esse significado só lhe pode ser dado por todos nós, animadores e quase...

# PEDAGOGIA E ANIMAÇÃO

## I — Introdução:

### A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL COMO MEIO DE LIBERTAÇÃO PELA CULTURA

1. Num país que se democratiza política, social e economicamente, e cuja democratização tem como meta uma sociedade socialista, podem surgir (e surgem) formas reactivas de ascensão áquilo a que sob o nome de **cultura** era apenas acessível a alguns privilegiados.

O acesso à **cultura**, iniciado no contexto familiar, adquiria logo aí o seu carácter elitista, dada que as famílias económica e sócio-culturalmente pouco favorecidas criavam, involuntária e inconscientemente, barreiras e preconceitos ao acesso a um direito que aceitavam como limitado a certas "classes sociais". É óbvio que o aparelho de estado, consciente de tal situação, dela se aproveitava na elaboração de uma política educacional elitista que o alargamento da escolaridade obrigatória e a consequente explosão escolar não conseguiam vencer.

Assistia-se, assim, a um divórcio progressivo entre ensino e educação, entre acção escolar e acção sócio-cultural.

O ensino e a acção escolar refugiaram-se progressivamente num tecnicismo didáctico — numa pequena **didáctica** — como um meio de transmissão de saberes pontuais e desencarnados, saberes alheados dos valores educativos que ignoravam ou deliberadamente rejeitavam. A formação pessoal e social do educando foi esquecida e ignorada, substituindo-se-lhe uma informação circunstancial de saberes triviais ou de gestos profissionais segmentados e segmentários.

A escola demitiu-se, assim, progressivamente do seu papel fundamental e fundamentante, a saber, da sua função formativa. Esqueceu-se ou contrariou-se a formação integral do homem e do cidadão; a abertura à compreensão das responsabilidades cívicas perdeu-se na circunstancialidade de uma informação dispersa e dispersiva, isto é, alienante.

Tal situação levou a que, aqui e além, a escola tentasse repensar-se e reformular-se. Assistimos então a movimentos de negação ou de descolarização da escola, dos quais se destacam, pela sua radicalidade, os de S. Neill e de Ivan Illich.

As soluções — ou a negação de soluções escolares — resultante da actividade e da teorização de Neill e de Illich são soluções utópicas que, ao fim e ao cabo, visam muito mais o diagnóstico catastrófico do mal do que a sua ajustada e correcta terapêutica. E são ainda, apesar de utópica negação, esquemas mais ou menos dissimulados de reformulação da escola, atenuada esta do seu peso institucional

Ora, a questão que nos surge ao apontarmos para uma autêntica democratização da cultura — especialmente num contexto nacional onde tal democratização foi frontalmente contrariada, durante quarenta e oito anos, e hábilmente evitada ou manipulada nos dois anos que se lhe seguiram, — a questão que nos surge aponta para saber se a escola, qualquer que seja o seu grau de democraticidade, o seu dinamismo pedagógico e a sua integração cultural, poderá, por si só, assumir a tarefa urgente e simultânea das intervenções pontuais e continuadas, tendentes a pôr ao serviço efectivo das comunidades a força libertadora da cultura, através de acções de formação integral. E pensamos aqui nas zonas culturalmente menos protegidas, ou menos favorecidas, que não são apenas as zonas rurais afastadas, mas também certas manchas periféricas dos grandes aglomerados urbanos.

Nunha tal perspectiva, uma política global da educação e da cultura (ou da acção cultural) deverá criar, inventar ou reformular esquemas de acção que completem a actividade escolar, pondo ao serviço das crianças, dos jovens e dos adultos meios de libertação cultural que lhes permitam uma participação, em parte inteira, no cumprimento das responsabilidades cívicas impostas por um país em plena reconstrução. Tais meios de libertação só serão culturais e só se perspectivam positivamente na actividade cívica que nos é exigida se partirmos do pressuposto básico de que uma sociedade livre é, necessariamente, formada por homens livres e que, por isso mesmo, o seu objectivo primeiro será o da promoção da liberdade do homem e da liberdade do homem, de modo a permitir e promover a sua livre opção e o exercício pleno da sua criatividade, ao serviço do grupo ou dos grupos em que se integra. É aqui que se insere a missão indispensável e inadiável da animação sócio-cultural, no sentido de recuperar formativamente para a cultura e para a sociedade uma massa de homens que, por deficiência cultural imposta ou consentida, foram marginalizados e, em consequência, impedidos de gozar plenamente da sua liberdade pessoal, como da sua liberdade social. Homens cujas potencialidades foram ignoradas, inexploradas, reprimidas e que constituem uma valiosíssima reserva humana de capacidades cívicas, criativas e laborais. Neste sentido, a animação sócio-cultural (cujo verdadeiro sentido é, muitas vezes, deturpado em sociedades



economicamente evoluídas, mas ligadas ainda profundamente a estruturas burguesas tradicionais) assume uma importância e uma urgência inequívocas, dado que lhe compete a tarefa imediata — e continuada — de obviar às diferenciações sócio-culturais enquistadas e, progressivamente, impedir o ressurgimento de novos enquistamentos sócio-culturais, de modo a que as diferenças e os privilégios ao nível da cultura sejam, de imediato, atenuadas e, a médio e longo prazo, totalmente suprimidos. Refiro-me, como é evidente a diferenças e privilégios culturais, o que não significa que tal anule ou venha a anular as especializações científicas e técnico-profissionais, estas do domínio e da competência dos centros de ensino e da investigação.

Tal não significa, igualmente, que se anulem, neutralizem ou neguem os valores culturais tradicionais, ou que, em nome de um falso progressismo; se substituam esses mesmos valores por estereótipos de duvidosa proviniência partidária e, em consequência, mistificadores de uma autêntica acção sócio-cultural, porque apenas destinados a condicionar formas de comportamento que se integram num esquema simplista de adestramento a acções cujos fins e cuja dinâmica nada tem a ver com o quadro de valores que definirá o socialismo em liberdade que a "Constituição da República" define e em que estamos concretamente empenhados.

2. A animação sócio-cultural, como se poderá deduzir do anteriormente referido, visa um permanente e continuado combate educativo pela democracia e pela cultura, devendo realizar-se como acção supletiva da escola. Trata-se de conseguir, através da animação, uma educação popular à medida do "país real" em que vivemos — e que queremos reconstruir. Trata-se, por isso mesmo, de uma formação cultural que integre, de forma renovada e revigorada, os valores culturais desse país e das diversas regiões que o compõem. A democracia económica, política e social ergue-se (e condiciona dialecticamente) de uma autêntica democracia cultural que reduza progressivamente as distâncias culturais entre os portugueses, abrindo-os igualmente e de uma forma crítica, às mesmas fontes de cultura e aos mesmos meios de formação integral das personalidades. Mas tal meta, ou tal objectivo, não se atinge pelo simples prolongamento da escolaridade ou pela generalização, indiscriminada, de uma pedagogia escolar a forma de acção educativa de que transbordam as estruturas formais da escola.

Haverá, assim, de criar — como o "programa de governo" prevê — formas de educação popular e de acção cultural, politicamente situadas, mas partidariamente neutras, formas dinâmicas de acção educativa (ou de animação sócio-cultural) que, partindo embora dos valores típicos dos contextos culturais regionais e nacional, considerem a cultura como uma

realidade em devir, isto é, como uma realidade em permanente construção. Assim sendo e assim procedendo, realizar-se-á uma total democratização da cultura — e do povo — na medida em que se devolve a cultura ao povo e se remete este à cultura que é sua criação própria e inalienável.

Por esta via se atinge e se revigora o sentido da cultura popular (expressão tantas vezes intencionalmente degradada) donde resulta um problema pedagógico a pedir solução urgente, dado que, numa tal perspectiva, a cultura deixa de constituir monopólio da escolaridade, surgindo daí como consequência inevitável, que a pedagogia escolar se encontre desmunida para dar resposta às intervenções de animação realizadas fora da escola e dirigidas a grupos etários que, nem sempre, são aqueles aos quais a escola dá as suas respostas intencionais e pontuais.

O problema da pedagogia da animação põe-se com agudeza e com urgência, na medida em que uma pedagogia de conteúdos de saber (e as técnicas didácticas correlativas) terá que ser substituída por uma pedagogia de apropriação, isto é, por uma pedagogia funcional apta a formar homens capazes de assumirem, activamente, as suas funções pessoais e sociais.

Pedagogia que procure promover não o homem — e nos grupos sociais — capacidades adaptativas e criativas que lhe permitam abrir-se adequadamente às exigências das situações concretas e à realização das tarefas transformadoras que garantam a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Uma tal pedagogia não existe aí codificada e à nossa disposição. E bom é que assim suceda, pois a tarefa de animação deverá, acaso e com vantagem, iniciar-se pela reformulação do **corpo** teórico e da praxis da pedagogia.

Existem, porém, casos exemplares de pedagogos que reflectiram sobre a relação pedagógica, no aspecto concreto e funcional que as exigências da animação impõem. Pense-se, apesar das divergências teóricas e ideológicas, na exemplaridade das obras de Paulo Freire, Karl Rogers, Freinet, Dumazedier, Lobrot, Ilich, Gilles Ferry... para citar ao acaso.

É nosso objectivo, em artigos subsequentes (dos quais este é simples e esquemática introdução) tentar recolher, na pluralidade das orientações pedagógicas actuais, um esquema teórico-prático que possa servir de ponto de partida a uma **pedagogia da animação** susceptível de vencer as limitações e os equívocos da pedagogia da **educação permanente** e, ao mesmo tempo, de demarcar-se claramente da pedagogia escolar, a qual lhe não poderá servir de modelo útil e eficaz. Oxalá este projecto não seja apenas um vão pio e se possa concretizar em programa que conduza a uma praxis pedagógica cuja utilidade não careça de ser sublinhada.



## "A ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

## E AS ESTRUTURAS EDUCATIVAS"

"Quando é a UNESCO a informar-nos que das crianças portuguesas que iniciam a instrução primária, 20% não a completam, e que segundo as nossas estatísticas 84% dos alunos universitários provêm de 11% de famílias portuguesas, não é novidade afirmar que a educação ainda está longe de ser acessível a todos."

É portanto perante esta situação de facto que a Animação Sócio-Educativa se encontra e é perante ela que tem de tomar posição na sua actividade quotidiana:

O facto da existência generalizada de actividades da Animação ainda ser um projecto para o futuro, implica necessariamente que à partida se defina o tipo de relação perante uma instituição que neste espaço etário é de tão grande envergadura como a Escola.

A questão que se põe é saber quais as relações que a Animação deve estabelecer com a Escola.

### A NOSSA EXPERIÊNCIA...

Há animadores a entenderem que as actividades de animação se devem encaminhar para uma cada maior colaboração com a escola, entendendo-as assim como actividades complementares.

Segundo eles, nas actividades de Animação, as crianças fariam aquilo que não podem fazer na escola, movimentando-se e relacionando-se com outros, dando largas ao seu espírito criador sem o animador e a criança estarem condicionados por um programa rígido, enquanto que na Escola a criança não tendo estas possibilidades recebe, contudo, os conhecimentos que lhe são úteis na sua vida futura e que portanto a tornam mais capaz para a vida.

Mas o que acontece inevitavelmente é que a colaboração entre duas "instituições" de peso diferente, põe inevitavelmente uma a reboque dos interesses da outra, e não será preciso muito para verificar que a maneira como definimos atrás a escola, que é a de tornar as crianças mais cultas e portanto mais aptas para a vida, é susceptível de muitas críticas.

Pergunta-se por exemplo, se uma escola, num meio rural torna mais capazes os filhos dos agricultores para desempenharem as suas funções diárias?

E mais do que isto põe-se o problema da discriminação que a escola faz logo à partida relativamente ao saber de que as crianças são portadoras. Neste mesmo meio rural a escola dá mais valor ao saber do filho do agricultor, fundamental para a vida neste meio, (saber trabalhar a terra, etc.) ou ao saber do filho do advogado local por exemplo, que sabe quem foi o autor dos Lusíadas?

Quem à partida fica favorecido?

A quem é que a escola dá mais valor?

Ao aluno irrequieto "desenrascado" para a vida, capaz de fazer coisas, ou à receptividade passiva e conformada dos outros?

A vida e a escola **quase** se apresenta em meios opostos em vários aspectos.

O que em conclusão acontece é que ao fim de cada dia de escola, o filho dos pequenos e médios agricultores pouco mais sabem do que devem continuar a trabalhar para alimentar os que sabem quem foi o autor dos Lusíadas.

A função ideológica da escola, e o sistema de valores que ela veicula às crianças, a sua vocação discriminatória, são aspectos que a Animação ao pretender colaborar, remetendo-os, antes os legítimos, está ela própria no fim de contas a veicular os métodos e objectivos que provocam e permitem por exemplo que em cada 100 crianças, 20 não terminam a instrução primária.

Não é preciso uma análise muito profunda para ver que a escola não está para responder às necessidades das crianças, mas para formar os quadros aos diferentes níveis, consoante os aparelhos escolares, que este sistema social necessita e fundamentalmente para transmitir uns certos valores ideológicos (superioridade do trabalho intelectual face ao manual, individualismo, ausência de espírito criador, passividade, etc.) que são suporte desta sociedade.



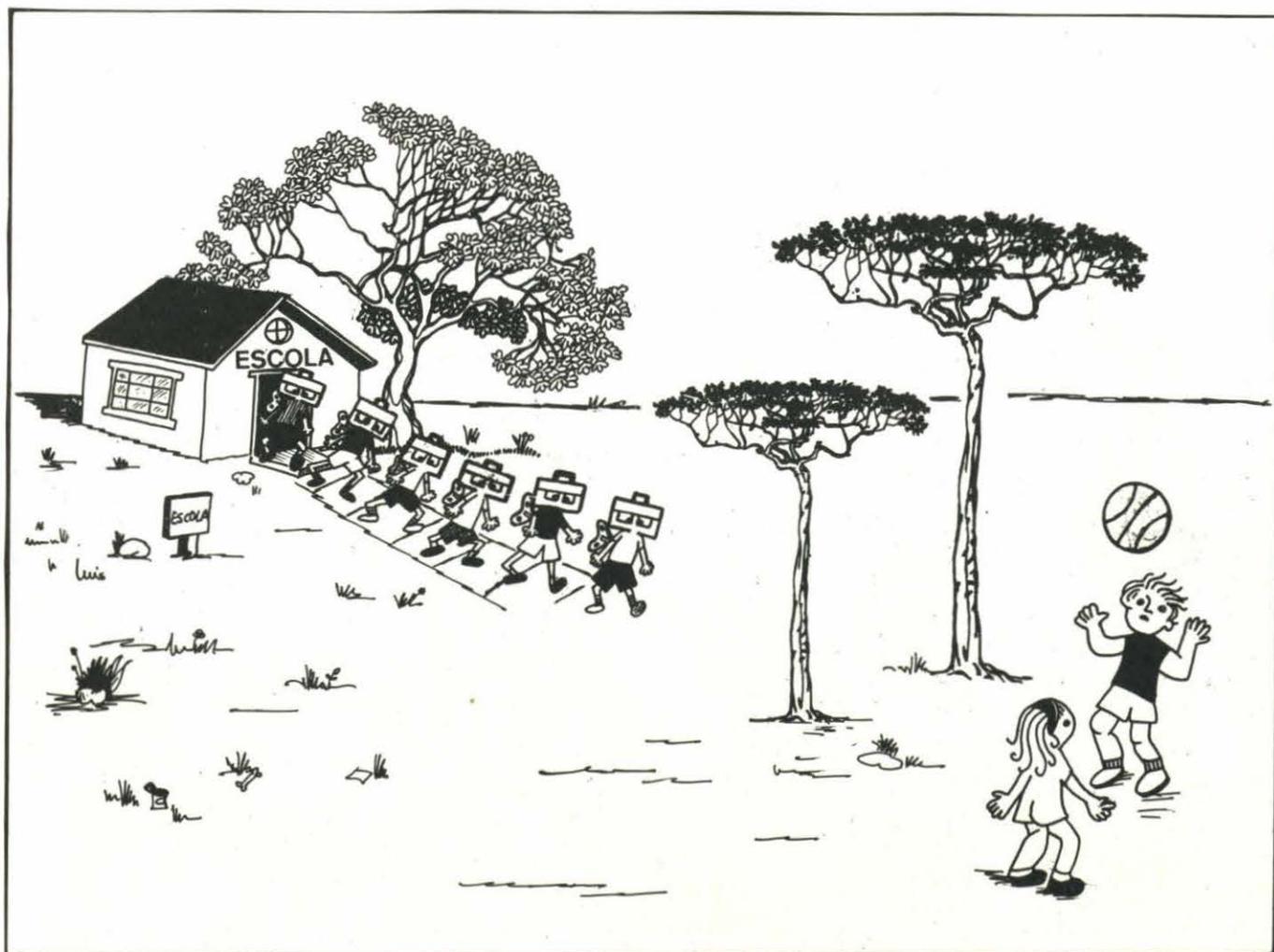
### QUE PERSPECTIVAS?

A solução será então o ignorar puro e simples da escola?

Antes de mais uma solução, deste género é "idealista" na medida em que ignorar a carga ideológica que a criança aprende nas 4 ou 5 horas de cada dia na escola, e o que isso traz de bloqueio às suas potencialidades, é puro idealismo.

E mesmo quando esta posição é defendida argumentando que a escola só se modificará com uma modificação radical da nossa sociedade, também é certo que escudarmo-nos com esta verdade é demonstrar a nossa incapacidade de aqui e agora apresentarmos uma possibilidade real, uma hipótese viável de trabalho.

A nossa prática, e a reflexão conjunta sobre ela é que nos irá permitir traçar o caminho correcto, mas será útil afirmar desde já a Animação Sócio-Educativa como um espaço possível para que as crianças se expressem, se "cultivem" de acordo com a sua experiência reflectindo nela (através da pintura, expressão dramática, actividades lúdicas, etc.), não há dúvida contudo que os seus efeitos se reflectem depois na sua actividade escolar, tal como a prática de Educação Física possibilita um melhor aproveitamento escolar, ou a Educação Pré-Primária sem ser esse o objectivo primeiro dessas actividades. É preciso perceber que a Animação Sócio-Educativa se apresenta como uma conquista fundamental para todas as crianças e fundamental para as provenientes das classes mais desfavorecidas da população.



## ENTREVISTA COM O D.G. DO FAOJ PROF TROVÃO ROSÁRIO

Do mesmo modo que "Intervenção" se pretende afirmar como uma revista ao serviço da discussão da problemática da Animação e aberta a todos os que estão empenhados na sua prática, também entende oportuno divulgar paralelamente as intenções dos organismos oficiais responsáveis pela Animação.

A par da Direcção Geral da Acção Cultural (DGAC) e da Direcção Geral da Educação Permanente (DGEP), o FAOJ é um dos organismos oficiais que tem como um dos seus objectivos a animação.

Por esse facto entrevistámos o Prof. Trovão do Rosário, Director Geral do FAOJ.

**INTERVENÇÃO** — O programa do Governo na parte relativa ao FAOJ diz que a sua acção vai ser de apoio ao associativismo. Qual será a relação entre esse apoio, e o trabalho de animação cultural que o FAOJ tem pretendido fazer até aqui.

**Prof. Trovão do Rosário** — A pergunta é oportuna mas parece não estar bem equacionada.

E não está porque parte de um pressuposto que não é totalmente verdadeiro — é o do trabalho de Animação que se tem feito até aqui.

Existem centenas de documentos que explicam como é que os subsídios e apoios eram dados, isto é, para ser mais claro, a esmagadora maioria dos apoios eram dados só através de subsídio, portanto, não havia efectivamente uma actividade de Animação Cultural.

A Animação tem outras intenções que não são propriamente os de dar um cheque de maior ou menor montante.

A Animação pressupõe a necessidade de conhecimento dos grupos como ponto de aplicação para um trabalho que se irá desenvolver.

A grande maioria dos grupos eram conhecidos quando faziam o pedido e não eram acompanhados depois deste satisfeito através da atribuição do subsídio.

É um problema candente nesta casa a questão da animação e está a ser reformulada, se é que alguma vez foi bem formulada, já que não existe nenhuma divisão de animação; existe uma divisão de Formação, que em parte, por sugestão minha na altura — foi responsabilizada também por actividades de Animação.

O que é facto é que esboçou uma determinada actuação — quero crer com a melhor das intenções — que agora se está a repensar.

Existia uma nomeada Equipe Nacional de Animadores e que deixa de prestar colaboração ao Faoj por decisão do Secretário de Estado da Juventude e Desportos, o que não quer dizer que eles tenham sido definitivamente dispensados. A partir de agora vamos tentar escolher, de facto, as pessoas que tenham maior capacidade, podendo eles também — todos — participar nesse concurso que se irá fazer. Se fôr possível provar que efectivamente eram os melhores continuarão e nada se perdeu.

Se fôr provado que, ao contrário, há muitas outras pessoas, com muito mais experiência vivida "in loco" que eles, pois o FAOJ só tem a lucrar com a troca e parece-me que houve razão de ser na sua substituição.

Por outro lado em reunião de delegados regionais tida há um mês, e depois de uma conversa de 4 horas em que os delegados se tentaram situar no problema da Animação Cultural, a pessoa que se responsabilizava pela Divisão de Formação Técnica ficou de em 8 dias, informar quais os animadores formados — de facto — nos vários distritos. Essa resposta nunca foi dada.

Talvez tenha fugido um pouco à pergunta, mas, não me parece que efectivamente houvesse uma actividade de Animação com uma profundidade grande.

As actividades que se iam desenvolvendo e apoiando, eram estudadas caso a caso mas o conhecimento que existia, era o conhecimento que se podia deduzir de um ofício por vezes com 5, 6 linhas em que se referia o nome do grupo, a actividade que ele desenvolvia e por aqui ficávamos. Havia actividades de Animação que eram desenvolvidas, e correctamente, nalguns sítios, em número extremamente reduzido.

Sou capaz de apontar a Oficina da Criança em Santarém, por exemplo, sou capaz de apontar a existência de vários grupos que estão espalhados pelo país, mas que são constituídos na grande maioria dos casos por pessoas que agora começaram a trabalhar em animação.



Como aliás disse o Dr. Orlando Garcia (responsável pela Divisão) nessa reunião de delegados, é um pouco precipitado chamar-lhes animadores. Não o são ainda. Não podemos fazer animadores numa semana, nem em duas e também não podemos pensar que algumas pessoas venham a ser animadores por muita preparação técnica e teórica que tenham, e daí eu concordar com o Dr. Orlando Garcia quando diz que há muitíssimo poucos animadores, embora haja muita gente já sensibilizada para a Animação.

I — O que nos pareceu depreender das suas palavras, é que, agora o FAOJ vai desenvolver um trabalho que pretende ser predominantemente de Animação sócio-cultural, numa linha mais profunda do que o que tem feito até agora.

T.R. — É verdade. Mas, teremos de contar também, com apoio local, com pessoas que trabalhem o dia a dia nas diversas actividades; não vamos aplicar uma panaceia universal que foi estudada numa certa sala, independentemente das realidades, que são diferentes de meio para meio e inclusivamente das idades dos jovens, etc...

Portanto, estamos a fazer pontaria para a criação duma rede de animadores tão vasta quanto possível; tão vasta no número e na dispersão geográfica.

Nessa rede poderão entrar perfeitamente os animadores que agora colaboravam com os serviços centrais do FAOJ.

Não concebo é que fiquem aqui, numa sala, sem ter um trabalho prático diário.

I — A respeito de animadores gostaria que dissesse alguma coisa sobre a formação deles daqui em diante.

Como é que o FAOJ está a pensar, falou em concurso, realizar todo o aspecto relacionado com a formação do animador.

T.R. — Bom, o concurso diz respeito mais aos animadores que já atingiram um estádio que lhes permita colaborar na formação de animadores. Portanto, onde o concurso tem interesse é na definição

dessa rede inicial; na escolha das pessoas que depois irão formar animadores. O recrutamento para os cursos de Animação terá de ser feito localmente, regionalmente; e admito que deve concorrer um número maior do que aquele que irá frequentar, de facto, o curso, porque nós estamos como que a fazer um investimento e podemos respeitar muito as intenções de uma pessoa que gosta muito de Animação, mas não lhe vamos dar o curso, se essa pessoa for empregado bancário, ou empregada de escritório ou trabalha numa farmácia; e só de vez em quando tem tempo livre para brincar à sua pequena Animação. Isso não vamos fazer.

Tentaremos uma profissionalização, ainda que a médio ou longo prazo, mas, trata-se efectivamente de um investimento e daí o querermos que os cursos sejam rodeados de algumas garantias.

Portanto, as pessoas que vão ser admitidas aos cursos para além dos parâmetros que as definem, devem ter disponibilidade e devem poder trabalhar em Animação.

I — Como nos parece depreender das suas palavras, o FAOJ vai aprofundar o seu trabalho de Animação Cultural, lançar uma rede cada vez mais larga de animadores, baseada em critérios de competência, mas a questão que prevalece é quais são — a médio ou longo prazo — as directivas, os objectivos, do trabalho de Animação a nível nacional, aquilo que se pode chamar de princípios base de uma política global de Animação.

T.R. — A política de Animação como qualquer outra política que condicione a actividade desta casa não pode ser definida por um vector unico que tenha como ponto de aplicação qualquer gabinete deste edifício. Tem que ser resultante das realidades locais, dos interesses locais, e da experiência e da competência dos técnicos. Daí o termos de fugir, e isso parece-me fundamental, em qualquer política de juventude a soluções estereotipadas.

Nós podemos realmente apontar para grandes linhas, podemos ter intenções muito correctas mas não as vamos impôr, nunca

E, seja, quando de um curso, seja quando da atribuição de qualquer apoio, nomeadamente técnico, teremos de ouvir as pessoas que estão interessadas nesse apoio que estão interessadas nesse curso. Inclusivamente nalguns casos, no tocante ao próprio "currículo" do curso, porque se nalguns casos, no para distrito que existem experiências anteriores, que existem sectores para que os jovens já estão mais sensibilizados e não podemos sair daqui com um modelo único que vamos aplicar para qualquer distrito, para qualquer grupo de jovens para qualquer actividade.

I — E o apoio ao associativismo? Como se enquadra ele com todo este trabalho de animação?

T.R. — Faz parte da formação hoje, que as pessoas aprendam a viver colectivamente. Apoiamos, estimulamos, fomentamos o associativismo juvenil mas não vamos criar — e ainda neste caso — soluções únicas. É evidente, que os jovens de um terra se querem associar com um determinado objectivo, de um determinado modo, noutras terras para outro objectivo, de outra maneira, etc., etc.

Portanto, nós colaboramos sempre, como catalizadores.

Ajudamos a criar condições, estimulamos, favorecemos, evidentemente, que de acordo com critérios, porque julgamos que já actividades mais formativas que outras.

Mas vamos julgá-lo com os jovens. Não podemos sair daqui com ideias que me parecem perfeitamente absoletas de que uma actividade é formativa porque sempre ouvimos dizer que é formativa.

O teatro tem de ser formativo?



O circo é formativo?

O cinema é formativo?

Há teatro que é formativo e há teatro que não é formativo.

Há circo que é formativo e há circo que não é formativo.

Há cinema que é formativo e há cinema que não é formativo.

Portanto não nos basta o anúncio de uma actividade numa terra, promovida por um certo grupo, qualquer que seja o grupo. Interessa-nos muito mais o modo como essas actividades são levadas a cabo.

I — Parece-nos portanto que o FAOJ vai fornecer mais que um simples apoio económico; o problema que se põe agora é de que formas se vai revestir esse apoio para além desse aspecto.

T.R. — Estamos a conjugar dois tipos de actuação: o da delegação regional que normalmente não pode, não deve emitir pareceres técnicos — os delegados não são polyvalentes e não têm à sua volta técnicos suficientemente apetrechados, pois o delegado deve informar quem é o grupo, a implantação que desfruta na zona, portanto, a sua inserção na comunidade, a continuidade de trabalho

de que dá garantias a número de jovens, etc. etc. isto é, caracteriza o grupo dentro da comunidade onde está, e o dos técnicos que se pronunciam sobre teatro, sobre música, sobre artes plásticas, sobre colónias de férias.

Esse apoio na prática, poder-se-á traduzir depois, num ou noutro caso na atribuição efectiva do subsídio mas noutros casos na colaboração directa que se pensa que amanhã deverá ser feita por animadores. Animadores que nós reconhecemos como suficientemente habilitados para desenvolverem essa acção.

I — Também no programa do Governo vinha previsto que o F.A.O.J. para desempenhar cabalmente essas funções iria ficar sujeito a uma reestruturação...

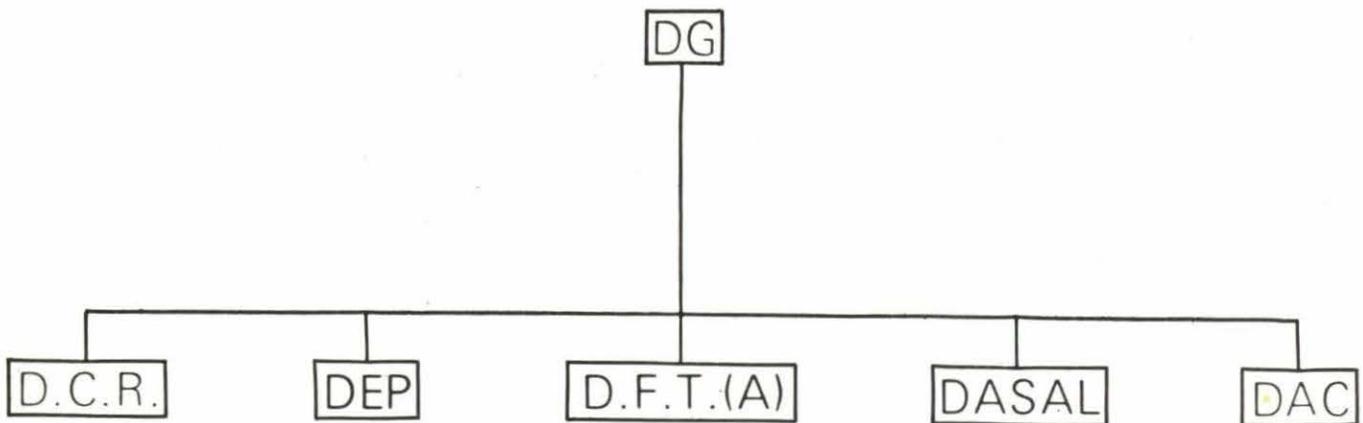
T.R. — E já está criado um grupo de trabalho para esse efeito, uma vez que, são muitas as possibilidades de colisão ou de sobreposição com outros organismos. Portanto, essa reestruturação tem como intenção primeira a definição de espaços de actuação para que não surjam essas colisões e para que se busquem formas de cooperação entre os vários organismos

I — Aos animadores que itão, eventualmente ler esta entrevista, punha-se a questão de como é que seria o trabalho futuro do F.A.O.J. as perspectivas de trabalho — mas isso parece um pouco subordinado a essa questão de reestruturação.

T.R. — Nós gostaríamos de caminhar para uma profissionalização dos animadores.

Gostaríamos que os animadores se distribuíssem de acordo com as necessidades que são sentidas regionalmente, de acordo com uma forma global de encarar a situação, e que é vista daqui, isto é, nós devemos ter a médio prazo, um corpo de animadores junto de cada delegação, corpo de animadores profissionalizado, e independentemente disso, podemos reconhecer aptidões, habilitações a outros animadores, porque o facto de nós formarmos animadores não quer dizer que com eles contraíamos um compromisso de trabalho futuro. Os animadores vão ser postos ao serviço da juventude através do F A O J. Nós não vamos servir os animadores em si mesmo.

## ORGANIGRAMA ACTUAL DO FAOJ



### LEGENDA:

DG — DIVISÃO GERAL

DAC — DIVISÃO DE ACTIVIDADES CULTURAIS

DASAL — DIVISÃO DE ACTIVIDADES SOCIAIS E AR LIVRE

DFT(A) — DIVISÃO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E ANIMAÇÃO

DEP — DIVISÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

DCR — DIVISÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL

ESTA ÚLTIMA DIVISÃO COORDENA O TRABALHO DOS DELEGADOS REGIONAIS DO FAOJ, — UM EM CADA DISTRITO —

# PARA UMA POLÍTICA DE ANIMAÇÃO CULTURAL

por Orlando Garcia\*

Já alguém percebeu qual é a Política Cultural que está a seguir-se neste país? É que não há. E será que devia haver? Parece-me que, pelo menos, devia perceber-se quais são as linhas de orientação. No entanto, o que se passa é que ninguém percebe nada. Assim, é urgente, é vital, que se lance esta discussão à escala nacional. Eis um trabalho para os Animadores Culturais. Mas para tal, é necessário que discutam este assunto entre si. É necessário que cheguem a um consenso sobre o que é a Animação Cultural. Para que é que serve? Quais deverão ser os principais parâmetros de actuação para um Animador? É isso, há que esboçar uma Política de Animação Cultural. E não tenhamos dúvidas que vai ser muito difícil. Para já, é necessário que cada Animador faça uma lista em que nomeie todas as entidades que, na sua opinião, não estão interessadas numa Política de Animação Cultural. Vamos elaborar outra lista em que constem as entidades que, na nossa opinião, estão conscientes da necessidade dessa Política. Enviem essas listas e vamos comparar.

Os Animadores têm, entre si, ideias semelhantes sobre a estratégia e a tática a seguir, nas actuais circunstâncias? Antes de mais, têm ideias semelhantes sobre os inimigos e os amigos potenciais? Vamos ver. A propósito, existem Animadores Culturais em Portugal? Quem são? Como se distinguem dos comuns-dos-mortais?

Este tema implica que conheçamos alguns pressupostos que podem servir para iniciarmos a discussão. O seu peso legal dá-lhes, pelo menos, a função de moldura. E é no interior dessa moldura que vamos ensaiar os nossos esboços. Ter uma noção crítica desse enquadramento do problema é adquirir uma das dimensões que nos podem determinar. Assim, dizem-nos a Constituição Portuguesa e o Programa do I Governo Constitucional.

1) Artigo 70.º — ponto 2: "A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade".

2) Artigo 73.º — ponto 3: "O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, à fruição cultural, através de organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados."

3) Programa do I Governo Constitucional — ponto 3.5.: "Concretização das modernas concepções de «animação cultural» designa um conjunto de técnicas de intervenção que tendem a provocar nas populações a consciência de necessidades culturais. Pretende-se desenvolver plenamente a personalidade de cada cidadão, enriquecendo o seu modo de se relacionar com a arte, alterando o seu quotidiano no sentido de uma diferente qualidade de vida, e despertando todas as suas capacidades criadoras. Por outro lado, a «animação cultural» procura inserir o indivíduo na comunidade a que pertence, desenvolvendo a sua capacidade de relação, de encontro ao diálogo. A criatividade colectiva desenvolve-se através da criação de lugares de convívio, onde se possa praticar em comum a fotografia, o cinema, a música, a criação plástica, a leitura, a experiência teatral. Tais actividades deverão iniciar-se desde a juventude e ser conduzidas em colaboração com educadores e professores. Surgirão assim grupos de teatro amador, grupos de cinema de animação, núcleos de cineastas amadores, ateliers de expressão corporal, pequenas oficinas de gravura, bibliotecas e discotecas, etc."

Insisto: há que fazer a análise crítica de todos os textos legais (em vigor) que abordam esta questão (de que aqui se dão três exemplos). Este tema não é pacífico. Aliás, seria mau sinal se o fosse.

Também convém não nos iludirmos. Não temos tempo para "brincar às decisões governamentais". A quem compete definir uma Política Cultural e, mais restritamente (ou mais amplamente?), uma Política de Animação Cultural é ao Estado, ou seja, ao Governo. E neste caso, a um Governo que se diz Socialista. Nós, Animadores, temos a responsabilidade de exercer pressão. Essa função é extremamente importante e para a assumirmos, temos que ser capazes de encontrar formas de organização eficazes e correctas (politicamente). E temos que ter ideias (enraizadas na prática).

Os Animadores têm que adquirir uma consciência aguda das necessidades e dos prioridades. Só assim conseguirão definir as suas funções e traçar os percursos imediatos. São estes percursos imediatos que se tornam urgentes. E apesar dos erros, da tendência para a demagogia ou para o sectarismo, do vício do "nacional-porreirismo" (equivalente a mediocridade), da tentação da bondadezinha cristã, ou da atracção fácil por um seguidismo em relação aos "iluminados", já existem algumas experiências que têm que ser descritas, analisadas, corrigidas, mas encorajadas e continuadas. E têm sobretudo que se multiplicar. Mas convém acentuar que, se é verdade que o Animador tem o direito ao erro, esse direito só é válido em relação ao "erro possível". E a margem de "erro possível" diminui cada vez mais. E essa redução será tanto mais acelerada, quanto mais vacilações houver, na determinação dos percursos imediatos.

Em que é que ficamos quanto à Política de Animação Cultural? Para já é necessário que:

1) Os Animadores, os organismos populares de base, as colectividades, as associações e os grupos saibam exigir competência cultural àqueles que podem e devem decidir. Este ponto é o primeiro, porque é aquele cuja ausência se nota mais. Eu, por mim, posso, infelizmente, dar inúmeros exemplos reais e recentes. A minha sensação actual é a de que o fascismo está a ser meticulosamente reconstruído. Essa reconstrução tem dois aspectos: por um lado, a meteórica ascensão (na hierarquia do poder) dos mediocres e ignorantes, por outro lado a incapacidade, inabilidade e ineficácia dos "outros". Assiste-se à implantação da "dialéctica do talvez". Fui protagonista de um diálogo com um actual responsável no Aparelho de Estado, que a cada pergunta respondia sistematicamente: "Pode ser que sim, pode ser que não, conforme, talvez..."

2) Os Animadores e os grupos empenhados na Animação, saibam, à partida, definir o tipo de apoio que lhes é necessário. E temos: apoio financeiro, apoio técnico, apoio metodológico, apoio formativo, apoio logístico, apoio material, etc.

3) Os Animadores cheguem a um consenso sobre o seguinte tipo de noções:

a) Cultura: cultura erudita/cultura elitista/cultura popular/cultura tradicional/cultura urbana/cultura de massas/alta cultura/vanguarda/cultura ancestral/criação cultural/criação artística/divulgação cultural/dinamização cultural/agitação cultural/democratização da cultura/democracia cultural/descentralização cultural/autonomia cultural/colonização cultural/Frente Cultural/Revolução Cultural.

b) Política Cultural/Gestão da Cultura.

c) Meios privilegiados/Meios secundários.

4) Os Animadores sejam capazes de reflectir claramente. Essa capacidade de interiorizarmos e elaborarmos as diversas experiências e tentativas já efectuadas ou em vias de se concretizarem, não dispensam aquilo que é, apesar de tudo, fundamental num Animador: a intuição e a imaginação. Um Animador sem talento é um "bluf".

Afinal onde é que estão os Animadores Culturais?

O que quero dizer é que antes de tentarmos encontrar o que poderá ser uma Política de Animação Cultural, há que formular as condições mínimas para a definição de uma Política Cultural! E o mais que tenho a dizer ficará para a próxima vez. Mas prefiro passar a palavra.

\*sociólogo, animador sócio-cultural

## ANIMAÇÃO DESPORTIVA E ANIMAÇÃO CULTURAL

A. Paula Brito\*

Em princípio a palavra e o conceito de animação aparecem com sentidos muito diversos, desde o simples fazer rir até aos mais evoluídos processos de agitação ou manipulação de massas, passando pelo conceito mais ou menos generalizado de "interessar uma ou mais pessoas por qualquer coisa ou actividade"

O "animador" age num cargo extremamente fluido e com uma função, um "papel" ou um tipo profissional que mistura organizador, líder, director, professor, publicitário, psicólogo social, etc., etc. Tem sido, aliás, extremamente difícil estabelecer o "perfil", isto é, as linhas gerais de formação, tipo de personalidade e acção do animador. Há até quem sustente que não existe Animação nem Animador, mas sim Animações e Animadores, o que pretende significar que para cada tipo de actividade existirá um conjunto de técnicas e um processo de intervenção específicos. Esta afirmação provém de um conceito académico, escolar, da animação "por matérias" onde se exige para a música ou para o teatro um bom músico e um bom actor, que agirá essencialmente pelo seu conhecimento, o seu domínio, da matéria e o seu exemplo; e para o desporto um bom executante ou um desportista famoso cujo "exemplo", "prestígio", "popularidade", "impacto", etc., seriam os elementos fundamentais para o interesse da actividade e adesão dos indivíduos.

Embora este conceito não seja totalmente falso e, para certas especialidades mais complexas e delicadas se exijam certas condições específicas, ele não é, por si só, suficiente. Existe ainda um outro conceito, também de índole pedagógica, que admite que o animador não necessita de dominar bem as técnicas do sector a que se dedica, mas sim possuir conhecimentos sobre as formas de estimular, ensinar, conduzir, em suma, dominar a **pedagogia** respectiva.

Também surgem conceitos que fazem coincidir o animador com um **especialista na organização**, planificação e direcção de actividades.

Tudo isto é um pouco verdadeiro, mas insuficiente. Será então o animador uma espécie de "super-homem", um eclético, um superdotado ou superpreparado? Decerto que não. E, antes de voltar ao assunto do animador falemos de Animação e Animações. É evidente que teremos que escolher imediatamente o terreno e os objectivos da animação em que vamos trabalhar. Esta é considerada, hoje, como profundamente integrada no fenómeno cultural, isto é, a animação exerce-se no domínio da cultura. Teremos então que definir a cultura, culturas, relações sociedade-cultura, classe-cultura, etc.? É impossível fazê-lo neste texto mas não devemos deixar de o fazer.

A animação cultural surge situada fora da escola e fora do trabalho, embora invada frequentemente esses domínios, vindo surgir frequentemente misturada, ou confundida, com a educação permanente. Essa confusão ou sobreposição é tão clara que ambas (A.C. e E.P.) têm o objectivo de recuperar ou compensar aquilo que a Escola, a Sociedade e o Trabalho não deram ao indivíduo, ou de compensar diferenças económicas e sociais. Um misto de remendo, caridade e má consciência dos privilegiados, é aquilo a que se encontra reduzida muitas vezes a animação. As tentativas para definir animação a partir das numerosas tendências e concepções "tem-se dissolvido na poeira das realidades". No entanto citamos algumas "fórmulas" conhecidas:

- a animação é o processo (estado e acção) de participação duma população num projecto (ou numa actividade);
- a animação é um conjunto de técnicas e uma pedagogia específica destinadas a favorecer a comunicação social;
- a animação cultural é a tarefa, incessantemente posta em causa, de uma equipa de animadores, comprometidos num meio que eles conhecem e onde são aceites, e onde procuram suscitar a criatividade e a livre expressão;
- a animação cultural é fundamentalmente a maneira de agir em todos os domínios do desenvolvimento da qualidade da



vida no seio duma comunidade;

Progressivamente, a animação cultural perde o seu aspecto espontâneo, artístico, compensador, etc., para se **comprometer com um projecto de sociedade.**

É evidente que o conceito e as características pedidas ao animador dependem do conceito e objectivos da animação e da realidade com que se vai trabalhar.

No nosso caso, e para não nos dispersarmos nem cairmos em especulações mais ou menos académicas, sabemos que vamos concretamente trabalhar com desporto:

— o desporto é uma forma de cultura e um direito de todos os cidadãos;

— no nosso país ainda não existem condições de total integração do desporto na cultura, nem meios materiais para o levar a todos;

a população portuguesa não está, no geral, consciencializada nem motivada para a prática do desporto, ignorando ou até desprezando os seus benefícios;

Deste modo, ao animador desportivo vai-se deparar um quadro aparentemente desolador.

## 1 — ESTUDO DO MEIO EM QUE VAMOS INTERVIR

Uma análise tão exaustiva e profunda quanto possível do meio em que se vai realizar a intervenção do animador, pode auxiliar a sua acção, fornecendo-lhe o "terreno" e os "limites" que se oferecem à sua actuação. Concretizando, podemos proceder a diversos estudos, tais como:

— características gerais da "população" em causa: idade, sexo, nível sócio-económico e cultural, actividades recreativas habituais, actividades habituais extra-laborais, distância das habitações e tempos gastos em transportes, etc.

— condições de trabalho: tipo de trabalho realizado e grau de esforço exigido, deformações, vícios e doenças profissionais mais frequentes, relação desgaste físico — desgaste psíquico, etc.;

— possibilidades no local (ou em zonas próximas ou anexas) para a prática desportiva. Este estudo inclui as hipóteses de utilização de locais próximos, tais como instalações municipais, escolares, de clubes, etc., e também as possibilidades de adaptação dos vários espaços disponíveis.

Daremos exemplos práticos sobre estes pontos no próximo número.

## 2 — MOTIVAÇÕES E INTERESSES

Michel Bouet, ao estudar as motivações dos desportistas, distribui-as por várias zonas como: necessidades motoras (necessidade de dispendir energia e necessidade de movimento) afirmação de si, busca de compensação, tendências sociais (entre as quais a "necessidade de filiação"); o interesse competitivo, o desejo de ganhar (ligado à afirmação de si, mas diferente) e a aspiração de ser campeão ou vedeta popular, a agressividade e combatividade, o amor pela natureza, o gosto pelo perigo e a atracção pela aventura.

Podemos desde já verificar que estas motivações são susceptíveis de ser escalonadas em termos de maior ou menor predomínio das pulsões naturais, genéticas, do seu reforço através da experiência, até se chegar àqueles que aparentemente são adquiridos, ou seja, fruto de uma experiência, vivência, e uma acção "de fora para dentro". Mas esta escala não é tão fácil de estabelecer como parece à primeira vista.

Como vamos então proceder para conhecer as motivações e interesses daqueles com quem nos propomos trabalhar, a quem pretendemos "animar"?

Existem muitas técnicas e processos mas devemos começar pelos mais simples e quase intuitivos, ou seja:

A — Quais são os interesses directamente manifestados, expressos, pelas pessoas?

- Uma simples conversa em grupo pode dar-nos uma ideia imediata, embora limitada: àqueles que já se encontram motivados, para uma certa actividade.

- Um inquérito simples e bem organizado, ao qual seja dado o tratamento respectivo já nos pode dar uma informação mais vasta e completa.

- Um conjunto de documentos e sessões de esclarecimento podem levar as pessoas a constatar que há uma série de actividades acessíveis, benéficas, e que lhes poderão interessar.

- Uma explicação oral e escrita, sobre as vantagens da oratória desportiva pode levar as pessoas a uma aceitação "teórica" das vantagens dessa prática.

B — Quais as actividades que parecem de mais fácil motivação e aceitação?

Com base no trabalho de sondagem anterior podemos examinar quais as actividades que, sendo simples e acessíveis, poderão ser praticadas por grupos, embora pequenos, de "motivados", e que poderão vir a interessa, e até entusiasmar, quantidades mais elevadas de praticantes. Aqui temos que considerar não só a sua simplicidade e facilidade de execução como também as condições locais e próximas de instalações e a economia de meios materiais. O caso da corrida, por exemplo, dos circuitos de corrida-marcha-exercício (circuitos treino), do "cross-passeio" e até do "cross-passeio-piquenique-festa-convívio", são exemplos muito simples, divertidos e motivantes que podem permitir a participação praticamente total dos membros da comunidade, de amigos e familiares, e que, orientados de forma a que não produzam cansaço excessivo, acidentados ou reacções negativas, poderão conquistar os praticantes para uma actividade regular.

Existem, evidentemente, processos altamente evoluídos para determinar e "explorar", ou activar e incentivar, as motivações e interesses, mas que nos colocam perante o problema de saber se estamos a dar às pessoas um complemento saudável e útil que contribui para a sua realização global, ou se estamos a provocar necessidades artificiais e a forçar as pessoas para novas actividades que até as podem desviar do seu equilíbrio afectivo, fisiológico e social.

\*professor de Educação Física



Luis

## ANIMAÇÃO QUE TEMOS MUSGUEIRA UMA EXPERIÊNCIA

A MUSGUEIRA É UM BAIRRO DE LATA NO LUMIAR EM LISBOA COM APROXIMADAMENTE 10.000 HABITANTES.

DENTRO DO NOSSO OBJECTIVO DE DIVULGAR ACÇÕES QUE SE DESENVOLVEM JUNTO DAS COMUNIDADES E QUE

POSSAMOS DESIGNAR DE ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL FOMOS A MUSGUEIRA.

FALAMOS COM ROQUE MARTINS, ANIMADOR RESPONSÁVEL DAS ACTIVIDADES COM CRIANÇAS EM IDADE

ESCOLAR, JOVENS E ADULTOS E COM ELEMENTOS DA POPULAÇÃO E RESPONSÁVEIS DA ASSOCIAÇÃO DE

CULTURA E RECREIO DA POPULAÇÃO DA MUSGUEIRA.

### ENTREVISTA AO ANIMADOR ROQUE MARTINS

#### I — Intervenção

O que é, e porque se formou a Musgueira? Quando? Qual o quantitativo populacional existente? Qual a distribuição etária da população?

R.M. — A Musgueira aparece à 15 anos, com a migração das zonas de Abrantes, Minho e Alentejo. Eram na sua maioria, homens da construção civil, que vinham com as suas tâbuas, para aqui se instalarem; bastaram 35 barracas e aí logo se forma o Centro.

Paralelamente a isso, a obra de S. Vicente de Paulo e o colégio S. João de Brito interessam-se por essas famílias que não eram de grande pobreza, visto a maioria ganhar o suficiente para o seu sustento, e a família não ser muito numerosa.

É nessa altura que a obra de S. Vicente de Paulo aparece a pretender dar casas e fazer alguns jardins, tentando criar ilusoriamente a construção de um bairro, tarefa que cabia à Câmara e que nem sequer qualquer planeamento havia. Paralelamente a esta situação dá-se início às obras da construção da Ponte sobre o Tejo, sendo necessário por isso mudar e realojar todas as famílias que viviam nas zonas então atingidas pela obra.

Foi então nessa altura que a Câmara, que recebeu para o efeito uns milhões de contos de uma Empresa Americana, resolveu fazer o realojamento de todas essas famílias, na Musgueira, aumentando por consequência o aglomerado habitacional do Bairro. Todavia a Câmara só gastou o dinheiro com a montagem de infraestruturas tais como esgotos, águas e com o transporte das pessoas em camionetas.

Perante a dimensão deste problema, sentem os membros do Governo de então, a necessidade de fomentar e apoiar um centro social que viria por sua vez a ser criado, com o apoio da Misericórdia que coloca ali os seus técnicos durante algum tempo, a fim de resolverem os problemas mais imediatos.

Com o decorrer dos tempos, começam a surgir algumas exigências da própria população, o que deu origem a uma alteração nas actividades do Centro — foram lançadas as actividades por

vários grupos etários. Nesta altura o Centro passa igualmente a ser, um agente da população perante as instâncias superiores dos seus mais legítimos direitos; por exemplo: montagem de telefones, de arruamentos, surge na altura a necessidade de uma escola, etc. Tudo isto dava origem a que o Centro fosse e cada vez mais uma peça fundamental no processo de desenvolvimento.

Em 1968 a Musgueira atinge os 10.000 habitantes, sendo assim um dos maiores bairros de lata de Lisboa, e ao mesmo tempo aquele que possuía as melhores condições de sobrevivência humana.

I — Quais as respostas do Governo perante o aumento de população na Musgueira?

R.M. — Depois de 1968 aparece o grande projecto do Gabinete Técnico da Habitação, para tentar resolver o problema

da Musgueira, insistido pela própria direcção do Centro.

Automaticamente essa resolução do problema dá uma chamada à Musgueira de infraestruturas como por exemplo um posto médico, uma esquadra.

Entretanto com o plano do Gabinete Técnico da Habitação, a Direcção do Centro fez pressão para que não fosse autorizada mais nenhuma barraca na Musgueira, o que foi conseguido na altura, passando-se assim a motivar as pessoas para a construção do bairro. O projecto da construção do bairro ficou feito antes do 25 de Abril, não tendo sido posto em prática na sua totalidade, e construindo-se apenas uma zona de casas na parte baixa da Musgueira que devia ser habitada por, aproximadamente, 300 famílias.



Nesta altura, cabe ao centro um trabalho muito ingrato, o da distribuição das casas, pois a Câmara incumbiu-o de toda essa responsabilidade, o que o Centro aceitou. Simplesmente o problema dos critérios de habitação nessa altura exigidos, em vez de ser para os mais necessitados, até nem era, por causa dos mínimos exigidos pela própria Câmara, que era qualquer família ter o salário mínimo de 4.000\$00.

Assim, a população menos protegida não tinha acesso a essas casas, criando por vezes situações muito difíceis à vida do Centro.

As condições de habitação estão bastante degradadas aqui no bairro, o próprio nível de barracas, a moralidade, o vício, a droga, a prostituição têm importância na vida da população. Mesmo que um dia haja habitação para toda a gente o problema é de tal maneira profundo que não será ultrapassado de maneira nenhuma, a não ser que a população seja devidamente esclarecida, informada e apoiada.

Ainda em relação às habitações, estas devem ser analisadas e estudadas na sua concepção de habitação pela população. A responsabilidade da construção, e o estudo do número de habitações possíveis para um determinado local, compete ao Estado. A população pensa e continua a lutar, mas não se sente na obrigação de construir. É necessário que os organismos do Estado competentes estudem com a população o tipo de habitação que esta quer, e não dizer à população que construa, pois nessa altura estamos a tirar responsabilidades ao Estado.

I — Quais as actividades desenvolvidas pelo Centro?

R.M. — Numa 1.ª fase, o centro, apoiado pela Sta. Casa da Misericórdia, tinha como objectivos uma assistência "caritativa"

Em 69/70, pensou-se num desenvolvimento comunitário que, na altura, não se realizou, pois nesse momento, todas as iniciativas do género estavam condicionadas aos critérios subjectivos de subsídios dados pela Sta. Casa da Misericórdia. Assim, a parte assistencial passou a estar a cargo directamente dos serviços centrais da própria Sta. Casa.

Progressivamente surge a necessidade de apoio à ocupação dos tempos livres da idade escolar e dos adultos, apoio à continuação do estudo, aos jovens-trabalhadores, à 3.ª idade e ao trabalho associativo.

I — Como é que tem evoluído esse trabalho? Como é que tem sido realizado, nomeadamente, quanto aos Campos de Férias Comunitários, que, pensamos, seja única experiência do género no nosso país?

R.M. — Bem, começámos no 1.º ano com um Campo para jovens. Com o decorrer dos anos, estes vieram a repetir-se sempre com um maior número de participantes. Os Campos eram integralmente organizados pelos próprios participantes. Como se vê, a organização é feita de dentro.

O dispêndio de técnicos é substancialmente reduzido, como será lógico.

Assim, os Campos começaram a

constituir também um apoio à continuação do estudo. Ora, o Campo vinha precisamente ocupar durante o período das férias, até ao recomeço das aulas, esses jovens.

No primeiro ano, o Campo teve a participação de 15 jovens, no segundo 45 e no terceiro cento e tal, incluindo já neste jovens-trabalhadores.

Surgiu depois a necessidade de alargar o Campo aos adultos, pois dos jovens, pois a oportunidade de passarem as férias juntos era aliciante. Passaram a ir então aos Campos todos os sectores nos quais o Centro desenvolvia trabalho, crianças, jovens, adultos e 3.ª idade, num total de cerca de 300 pessoas.

I — E quanto à organização desses Campos?

R.M. — Todos os coordenadores, estes oriundos da própria população são cerca de 20; monitores animadores (profissionais) vindos do Centro Social, cerca de 8. Importa referir, para se ajuizar do grau de capacidade organizativa, não só o reduzido número de elementos coordenadores, como também o facto de que todos eles tinham um papel, a nível de trabalho comunitário, a lavar loiça, etc, igual a todos os outros elementos.

I — Houve alguma alteração nesse trabalho depois do 25 de Abril?

R.M. — Os Campos passaram a ter muitas dificuldades económicas. Os

subsídios deixaram de aparecer. Apesar disso, os campos têm tido lugar, muito embora, e é preciso dizer, passassem a ser frequentados por habitantes cá do bairro já de uma relativa capacidade económica, pois têm de custear na totalidade todas as despesas. No entanto, era bom que fossem aqueles que menos podem, a irem passar alguns dias de férias nesses Campos.

I — Qual pensas ser a função do animador? A ocupação de tempos livres e animação, como as entendes?

R.M. — Bom, ocupar por ocupar, toda a gente o pode fazer, mas a função do animador deverá ser a de fazer descobrir as potencialidades do indivíduo, e proporcionar-lhe a sua expressão e desenvolvimento. E isso, sempre consoante os seus interesses; essa coisa de "impingir as coisas" às populações, está absolutamente errado. O animador para ser útil, tem que ter ainda uma visão global das populações e do meio onde se integram. Tem que ter uma visão de modo que todas as acções sejam dentro de uma consequência lógica, fruto do "avançar" das populações. Quebrar, por exemplo, nesta altura, qualquer acção que o Centro desenvolve, seria traumatizante para a população, já que não se deve de maneira nenhuma, deixar de satisfazer uma necessidade sentida pela população.

## ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DA MUSGUEIRA

A Associação de Cultura e Recreio da população da Musgueira, é uma associação popular autónoma abrangendo jovens e adultos. Falámos entre outros com Carlos Tavares e Luis Castelão respectivamente responsáveis do sector cultural e desportivo da associação acerca da sua formação e das actividades actuais e projectos que esta mantém ou, planeia.

A ACRPM nasceu de verbas que nos foram dadas por vários organismos (Sta. Casa) e aproveitadas na associação. A Associação actualmente está aberta a todos os indivíduos que trabalham e que sejam moradores na Musgueira.

Quanto a actividades houve até aqui vários cursos — culinária, rádio-técnico, dactilografia, música, etc. — mas que foram abolidos por falta de verba. A Associação mantém agora jogos de mesa e actividade de convívio, coisas que estão dentro das nossas possibilidades pois não temos ajuda de nenhuma verba.

A Associação está organizada com um sector cultural recreativo e desportivo, e cujos responsáveis são eleitos anualmente. Temos um jornal o "Trevo" que sai quinzenalmente e que pretende informar gratuitamente toda a Musgueira das actividades que a Associação desenvolve...

Sem subsídios como já dissemos, a Associação sobrevive com pequenas actividades que promove. Quanto a quotas não as há. Quando uma pessoa se inscreve paga 10\$00 simplesmente. O bar também nos ajuda economicamente embora todas as coisas sejam nele mais baratas que lá fora. Isto não é uma associação burguesa, porque para mantermos isto de pé, temos de trabalhar e não temos verba de lado nenhum

— E quanto às pessoas?

— frequentam diariamente as instalações entre 300 e 350 pessoas sendo a associação formada por 1100 a 1200 elementos.



Carlos Tavares



"TRÊS GERAÇÕES NA ASSOCIAÇÃO DA MUSGUEIRA"

— Quanto ao programa da associação para 1977?

— O que queremos é o seguinte: queremos fundamentalmente agradar o mais possível aos membros que fazem parte da associação, temos pensado em várias actividades como por exemplo no sector desportivo, campeonatos de ping-pong, bilhar, jogos de mesa e ginástica.

Vai começar brevemente também um torneio de futebol de salão. O programa actual já começou e vai continuar com cinema. Temos programadas visitas de estudo, teatro, etc.

A recreativa tem várias actividades pensadas, como excursões, etc. Um campo de férias para a população da Musgueira, (conjuntamente crianças, jovens e adultos) que estamos a programar para o Verão tem a responsabilidade dos três sectores.

— Qual o papel do animador Roque Martins aqui na Associação?

— Nós tudo isto devemos ao trabalho do Sr. Roque, que trabalha cá há 10 anos. Teve grandes problemas e tem sabido resolvê-los. Não há ninguém desde a criança ao adulto que lhe não tenha respeito. Ele aqui assiste às reuniões e desenrasca os problemas, que nós não conseguimos resolver. Põem-se os problemas e discutimo-los todos.

— Porque é que isto abrange só 1/10 da população? Quais as acções que a associação pensa levar a efeito para alargar estas actividades a toda a população? Nomeadamente aos desempregados sistemáticos (marginais, etc.) que vocês parece não aceitarem cá?

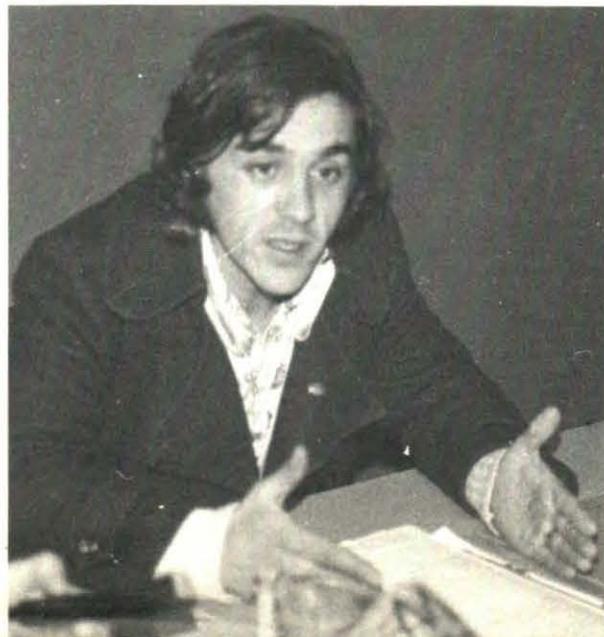
— Bem aqui no bairro os indivíduos que não trabalham porque não querem, — porque há os desempregados ocasionais — não entram.

É o caso dos indivíduos que andam por aí a roubar e na "borga" até às tantas, são indivíduos que não são válidos. Temos contudo a preocupação de aceitar certos indivíduos que vejos que estão a ter problemas na vida. Vamos chamá-los e tentamos recuperá-los. Por outro lado quanto à maioria da população há a considerar que o bairro está dividido em 3 partes: antes do 25 de Abril, houve pessoas que foram beneficiadas e outras que o não foram, e isto mesmo após o 25 de Abril, isso criou problemas havendo pessoas que ficaram com má impressão do centro social, e como se liga muito à associação ao centro, — sem razão para

isso, — não vêm para cá; além disso existem cá duas colectividades na Musgueira e também porque devido às instalações não podemos comportar muitas mais pessoas na associação.

— Para terminar quais são os problemas que mais afligem o bairro? E qual o trabalho da associação nesse sentido?

— O problema fundamental é o da habitação, pois não há problemas de esgotos e de electricidade. Há um plano por parte dos organismos competentes para resolver esse problema, e não se sabe bem porquê está a andar muito devagar. No entanto a associação não tem trabalhado neste campo pois pretendemos simplesmente proporcionar às pessoas este local para se divertirem e conviverem de uma maneira sã, evitando assim, problemas graves.



O RESPONSÁVEL DO SECTOR DESPORTIVO  
LUIS CASTELÃO

# A ALFABETIZAÇÃO E A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

## 1 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO EM PORTUGAL.

Falar de alfabetização em Portugal, é falar de mais de 1/3 da população portuguesa. Mas mais do que tecer grandes considerações sobre as causas desta situação, parece importante fazer o ponto, do que até hoje se fez neste campo.

Antes de 25 de Abril, lançou o Ministro Veiga Simão, o Ensino Primário supletivo para adultos. O seu programa, que constava de uma parte de alfabetização e de outra de pós-alfabetização, seguia a técnica linguística do método de Paulo Freire, enquadrada pela ideologia fascista do regime. Os instrutores eram os professores primários, que por esse serviço recebiam um subsídio e cuja acção era centralizada pela DGEP.

Escusado será dizer que pouco ou nada disto funcionou, até pela falta de preparação dos professores primários, que nisto não viam mais do que um reforço para os seus magros proventos.

Mas a preocupação de Veiga Simão não era humanitária. Ele compreendeu que os analfabetos eram um entrave ao desenvolvimento capitalista e à penetração do capitalismo avançado. Se do seu programa de educação de adultos não transpareceu claramente objectivos económicos, isso deve-se às contradições em que nessa altura o regime se debatia e às providas das organizações internacionais (tipo UNESCO) em actuar num país colonialista e fascista. As iniciativas particulares de alfabetização também pouco duraram, até pela própria vigilância a que estas actividades passaram a estar submetidas pela PIDE.

A seguir ao 25 de Abril muito se falou de alfabetização mas pouco se fez. Cedo se aperceberam alguns, que a alfabetização era um meio de propaganda partidária e estas iniciativas jogaram sempre de acordo com esses interesses. Adaptaram-se métodos do exterior sem testar a sua aplicabilidade, escolheram-se zonas onde esses partidos tinham menos implantação, abrindo assim fendas políticas profundas, utilizando-se a alfabetização como um meio de divulgação de uma linha política.

O Estado por seu lado pouco fez, limitando-se a apoiar iniciativas mais ou menos particulares, mas sempre tarde e a más horas, fazendo com que muitos desistissem e outros fossem contemplados sem se avaliar da sua honestidade.

Mas, por outro lado, começa a despontar uma consciência de que para além das super facilidades dos chavões e dos esquemas há algo de mais profundo a fazer e que a improvisação e o amadorismo se pagam caro.

Ora, esse momento de renovação (de que é um exemplo o recente Encontro para o Ensino do Português) parece não atingir ainda a alfabetização. Corre-se o risco da tecnocracia tomar (porque há-de tomar), em mãos o assunto e levar a cabo aquilo que Veiga Simão tinha tentado. A prova é o recente seminário com técnicos do CEREP e organizado pela DGEP.

Para terminar é necessário salientar alguns pontos que a experiência tem mostrado.

Em primeiro lugar não podemos transpôr mecânicamente as experiências de outros países. Aquilo que no Brasil foi um êxito, (80% de alfabetizados num mês), já não obtem os mesmos resultados em Portugal. A nosso ver há no nosso país não um analfabetismo, mas um semi-analfabetismo. (Em qualquer aldeia as pessoas podem ver as placas dos anúncios, ver jornais, contactar com os que sabem ler, etc...). Estes factos, parecem estar na origem de algumas falhas correntes. Um estudo sobre o assunto é fundamental.

Em segundo lugar a alfabetização no campo, é muito diferente da alfabetização da cidade. Enquanto que no campo se conseguem grupos de analfabetos com uma certa identidade de interesses, já na cidade isso é difícil. Acontece que na maioria dos casos se alfabetizou na cidade. No campo as experiências foram tentadas ou com intuídos partidários ou métodos não adaptados e antiquados. As experiências interessantes se as houver, estão pouco divulgadas.



Em terceiro lugar o animador cultural tem de ser um progressista, tem de pôr o interesse do seu trabalho e a sua dedicação à população, acima de interesses mesquinhos e esquemas pré concebidos. A sua identificação com o grupo em que trabalha, deve ser total e a sua preocupação em evoluir e enovar deve ser constante.

Em quarto lugar a experiência mostra que só a alfabetização pouco serve. De um modo geral o recém-alfabetizado, está entre dois mundos. Por um lado, só por si não consegue entrar no mundo da cultura (escrita) e por outro está desenquadrado do meio que acaba de deixar.

É aqui que a animação sócio-cultural se apresenta como um meio único de possibilitar e motivar o recém-alfabetizado para a sua progressiva consciencialização cultural e para que se torne cada vez mais sujeito da sua própria evolução. Assim o trabalho de pós-alfabetização aparece tão importante como a própria alfabetização.

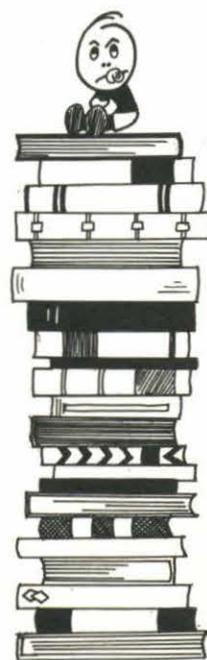
É neste momento fundamental, que a discussão destes e de outros aspectos seja lançada por todos aqueles que trabalham na alfabetização de modo a fazer-se o ponto da situação, trocar experiências, e elaborar um plano de prioridades. Sem isso dificilmente se avançará.

Um Grupo de Alfabetizadores do Centro do País

No próximo número 2 - Problemática da alfabetização



**A B C D E F G H I**  
**J K L M N O P Q**  
**R S T U V W X Z**



luis

## A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL — UMA SIMPLES METODOLOGIA CULTURAL?

por Manuel António Henriques

A Animação Sócio-Cultural surge como uma maneira de fazer cultura que se opõe ao tradicional transmitir a "Cultura" ao povo.

A promoção cultural de um povo, de uma comunidade, é um aspecto fundamental da luta pelos direitos humanos, tal como o de uma habitação digna, e de condições económicas mínimas para um propício desenvolvimento e bem estar físico.

Assim, a luta pela cultura é, e deve ser inserida numa luta que vise em última análise arrancar progressivamente ao sistema, as condições para mais eficazmente o transformar.

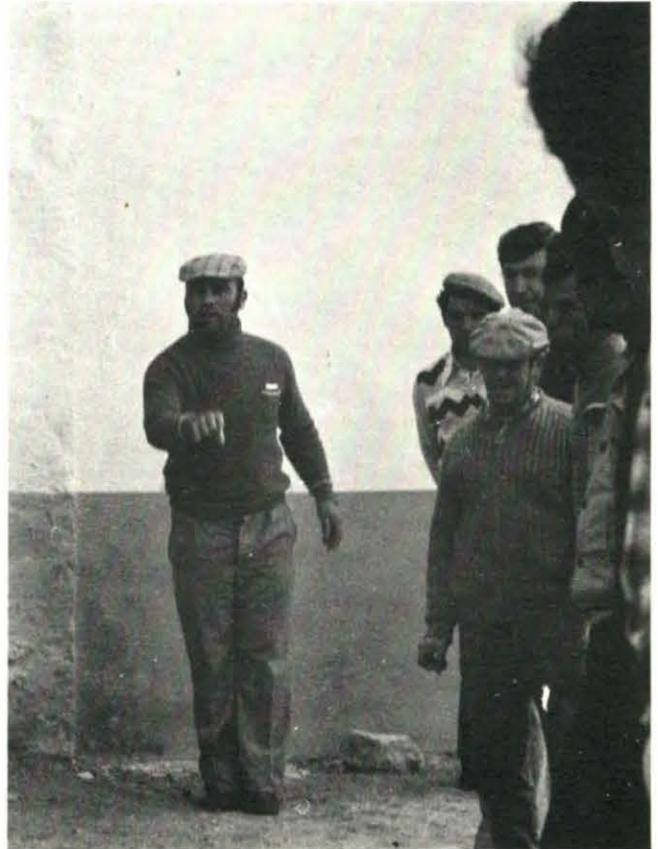
Claro que quando falamos em promoção cultural, temos que defini-la; e defini-la é saber qual o lugar, qual o papel que o povo, que uma comunidade, tem nessa altura, e o mesmo é dizer ao serviço de quem ela está colocada.

Isto porque há muita gente dizendo da necessidade do povo ter "acesso à cultura" (e como em tudo — um erro leva a erros cada vez maiores) relegam deste modo implicitamente o povo — as classes desfavorecidas e trabalhadoras — para o papel de "cliente dessa cultura", dando simultaneamente a esta, o aspecto de uma verdade neutra, de um bem acima dos homens e das suas pretensões classistas.

É claro que a cultura, — o conhecimento que o homem foi adquirindo, adveio pela superação das condições que o opunham quer à Natureza quer aos outros homens.

Quer num aspecto, quer noutra, esse conhecimento nunca foi feito com a passividade das massas populares, mas antes foram estas o sujeito e os autores dessa cultura.

Mas numa sociedade de classes "a cultura surgiu e existe para consolidar e desenvolver o sistema social, legitimando "cultural" e "cientificamente" o exercício do poder de uma classe sobre outra.



SEMESTRAL — 75\$00  
ANUAL — 150\$00

CUPÃO DE ASSINATURA

NOME: .....

MORADA: .....

LOCALIDADE: .....

PROFISSÃO: .....

CRÍTICAS E SUGESTÕES: .....



Daqui se infere que a cultura ao serviço do homem — das classes trabalhadoras que são a esmagadora maioria da população — nunca se pode concretizar com a passividade destas, porque aqui como em tudo se não são os trabalhadores a fazer a sua cultura, necessariamente haverá outra que "legitima" a sua exploração.

É neste contexto que a animação sócio-cultural se apresenta como a alternativa cultural, na medida em que visa a criação dum espaço capaz de proporcionar e nascer de uma dinâmica que leve os elementos de uma comunidade através de diversas formas (teatrô, cinema, etc) a equacionar os seus problemas, a reflectir sobre eles, a confrontá-los entre si, a criticá-los, levando assim o homem a acreditar nas suas capacidades de

com os seus semelhantes transformar na vida quotidiana o que lhes é adverso.

A animação sócio-cultural não se apresenta portanto como uma mera metodologia cultural na medida em que a sua prática é já "fazer" a cultura.

Daí que a animação seja realmente fundamental enquanto "geradora" duma "dinâmica" de libertação das capacidades actuantes duma comunidade, de maneira que cada um dos seus elementos se aperceba das suas capacidades de em conjunto com os outros transformar o que lhes é comumente adverso e percebendo por essa prática que nada lhes é oferecido, tudo se conquista e isso só a sua organização e o seu poder criador e realizador podem fazer.

Entende-se "animação sócio-cultural" como o conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integradas.